

Contexto Histórico: A Companhia Docas de Sebastião foi constituída em 03/09/2007, em observância ao Decreto-lei nº 63 de 15/05/1969, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 52.102 de 20/09/08/2007. O Convênio de Delegação, celebrado entre a União Federal e o Estado de São Paulo, em 15/07/2007, prevê a administração e exploração do Porto Organizado de São Sebastião, com o objetivo de exercer as atribuições exaradas no artigo 33 da Lei federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, (alterada pela Lei 12.815 de 05/06/2013). Tal iniciativa objetivou reinserir o Porto de São Sebastião no cenário portuário, ao mesmo tempo em que potencializa um projeto logístico que dá sustentação ao crescimento da economia paulista. **Indicadores de Desempenho:** Em 2013 foram atracados 114 navios nos berços 101 e 202 os quais movimentaram 655.411 toneladas de cargas. Deste total de cargas movimentadas, 560.535 toneladas são referentes a importação e 94.876 toneladas referentes à exportação. Os principais granéis sólidos movimentados no ano foram: barrilha, 214 mil toneladas; sulfato de sódio, 89 mil toneladas; malte e cevada, 134 mil toneladas; ulexita, 42 mil toneladas e óxido de alumínio, 4 mil toneladas. Em relação aos veículos, foram movimentados 36.641 unidades, sendo 25.894 unidades de exportação e 10.747 unidades de importação, registrando assim, uma movimentação recorde no Porto. Tal movimentação corresponde a um aumento de 16,09% em face do exercício anterior. Já no Terminal Privativo da Petrobras – TEBAR, operado pela Transpetro, o movimento foi equivalente a 48.937 milhões toneladas de granéis líquidos transportados em 629 navios durante todo o exercício.

Cenário Financeiro: Em 2013 a Companhia apresentou um ótimo desempenho operacional, motivando um crescimento de 18,52% de receita bruta, atingindo o novo recorde de R\$ 26,4 milhões e lucro líquido do exercício de R\$ 549 mil. Tal incremento no faturamento foi motivado principalmente pelos investimentos em obras civis, implementação de medidas de gestão e monitoramento da qualidade ambiental e treinamento de pessoal, alavancando as operações do Porto. **Ampliação do Porto:** O desenvolvimento do Porto de São Sebastião apóia-se em duas frentes: a) na requalificação da infraestrutura existente – que se materializa, no médio e no curto prazo, restabelecendo e ampliando as condições mínimas de competitividade de São Sebastião no cenário portuário; e b) na ampliação da área do Porto Organizado e sua infraestrutura, incluindo os acessos rodoviários e as interfaces com o município de São Sebastião – Plano Integrado Porto-Cidade (PIPC).

a) Requalificação da infraestrutura existente: Em 2013, a Companhia investiu R\$ 122,1 milhões na infraestrutura portuária. Encontram-se ainda em andamento, investimentos na ordem de R\$ 88,7 milhões aproximadamente. Segue abaixo a relação dos principais investimentos realizados no exercício de 2013 e em andamento:

Status	Descrição
Concluído	Instalação da nova cabine de entrada de energia e de 5(cinco) subestações intermediárias de energia elevando a demanda do porto de 950 Kva para 3.000 Kva e preparada para uma ampliação de mais 3.500 kVA. Construção de Edificações de apoio às operações portuárias no pátio 03 (vestiários, sanitários e refeitórios). Área de manutenção de equipamentos, disciplinando todas as intervenções em equipamentos ocorridas na área portuária tanto na visão da segurança do trabalho como na visão ambiental.

Concluído	Instalação de 2 balanças rodoviárias visando a agilidade na operação portuária.
	Base de Pronto Atendimento a situações de emergência de natureza ambiental e de segurança do trabalho. Aquisição de 2 viaturas para Base de Emergência
Em Andamento	Reforma e adequação da estrutura do cais do Porto, visando aumentar a sobrecarga da mesma, ampliar a capacidade de operação e aumentar a segurança, sendo que temos 85% de obra concluída e previsão de término para maio 2014. Pavimentação em concreto do pátio 01 e adequação do pavimento dos armazéns 04, 05 e 06, liberando assim uma área de 36.000 m² para armazenagem dentro da área alfandegada do Porto de São Sebastião. Executado 50 % do escopo e previsão de término junho 2014. Implantação do Sistema de Solução Integrada de Tecnologia e Gestão de Dados. Executado 70% com previsão de término em abril de 2014.
	Reforma das instalações administrativas do porto, da sede em São Sebastião e da Sede em São Paulo visando assim uma melhor condição de trabalho aos colaboradores da companhia, sendo já executados 90% do escopo contratual e previsão de encerramento para junho de 2014.
	Estruturação do Sistema de Rádio e Comunicação com aquisição de equipamentos. Executado 10% e término previsto para maio de 2014.
	Implantação de Planos de Gestão e Monitoramento da Qualidade Ambiental do Porto de São Sebastião
	Elaboração de Projeto Básico e Executivo para construção de pátios com utilização de tecnologia baseada em pilotes e lajes (tecnologia recomendada no EIA/RIMA do projeto de ampliação). Execução Física 73% com previsão de Término em Julho de 2014.

b) Ampliação da área do Porto Organizado e sua infraestrutura: A ampliação da área do Porto e sua infraestrutura será realizada de forma sustentável. Serão utilizadas tecnologias e um modelo de planejamento e gerenciamento que leva em consideração todas as variáveis ambientais e socioeconômicas de modo a contribuir com o meio ambiente, turismo, economia e desenvolvimento social da região. As obras de ampliação serão em fases e a última etapa deve ocorrer em 2029. Em outubro de 2013 foi realizada uma consulta pública do poder concedente Secretaria de Portos – SEP a respeito do edital de arrendamento do Terminal Multicargas. A previsão é que em 2014 o procedimento para arrendamento da área seja iniciado e concluído. **Gestão Ambiental:** O Porto vem mantendo seu compromisso de garantir a melhoria contínua na gestão ambiental, por meio de investimentos e ações voltadas para a área ambiental. A Agência Reguladora de Transportes Aquaviários – ANTAQ, divulgou relatório conclusivo com os resultados do Índice de Qualidade de Gestão Ambiental em Portos Organizados – IQGAPO, onde foi possível verificar uma melhora no desempenho ambiental da Companhia Docas que alterou a pontuação de 68,47, obtida em 2012 para 73 pontos no corrente ano, mantendo-se entre os melhores resultados

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Expressos em Reais)

ATIVO - Ativo Circulante	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e Bancos	4	1.002.991	21.881
Aplicações Financeiras	4	3.754.114	2.611.996
Clientes	5	3.215.370	1.969.592
Tributos a Recuperar	6	1.382.019	582.129
Despesas Antecipadas		47.472	6.608
Deposito Judicial		151.656	44.338
Adiantamentos		30.934	69.433
		9.584.555	5.305.977
Não Circulante			
Realizavel a Longo Prazo	7	988.732	1.105.901
Imobilizado	8	149.964.891	35.707.527
Intangível	9	18.094.736	7.847.734
Diferido		-	-
		169.048.360	44.661.162
Total do Ativo		178.632.915	49.967.139

PASSIVO - Passivo Circulante	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Convênio-DERSA	12	2.067.653	1.463.420
Fornecedores	13	5.599.221	1.590.865
Juros S/ Capital Proprio		70.662	70.662
Contas a Pagar		5.403	66.789
Tributos a Recolher	14	682.138	404.811
Encargos Sociais Recolher		224.229	227.788
Provisões de Férias a Pagar		412.964	569.241
Adiantamento de Clientes		454.445	58.078
Valores a Devolver a Clientes		31.760	108.483
		9.548.474	4.560.137
Não Circulante			
Convênio-DERSA	12	2.710.079	2.111.934
Verbas da União		237.885	233.485
Provisão P/ Riscos Trabalhistas	15	1.572.422	1.192.087
		4.520.386	3.537.506
Patrimônio Líquido			
Capital Social	16	17.748.161	4.960.000
Adto. p/ Futuro Aumento de Capital	16	149.121.367	39.764.546
Prejuízos Acumulados		(2.305.473)	(2.855.050)
		164.564.055	41.869.496
Total do Passivo		178.632.915	49.967.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Expressos em Reais)

	Capital Social	Adiant. p/Fut. Aum. de Cap.	Prejuízo Acumul.	Total
Saldos 31/12/2011	4.960.000	12.788.162	(3.612.036)	14.136.126
Adiant.p/Fut.Aum.Cap.	-	26.976.384	-	26.976.384
Prejuízo do Exercício	-	-	827.754	827.754
Juros s/Cap.Proprio	-	-	(70.768)	(70.768)
Saldos 31/12/2012	4.960.000	39.764.548	(2.855.050)	41.869.496
Adiant.p/Fut.Aum.Cap.	12.788.162	109.356.821	-	122.144.983
Lucro do Exercício	-	-	549.577	549.577
Juros s/Cap.Proprio	-	-	-	-
Saldos 31/12/2013	17.748.162	149.121.369	- 2.305.473	164.564.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

1. Contexto Operacional: A Companhia foi constituída através da Assembleia Geral de Constituição por Subscrição Particular, de 03 de setembro de 2007 e, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, em 06 de setembro de 2007. Sua finalidade precípua é exercer as atribuições de Autoridade Portuária no Porto Organizado de São Sebastião, na forma da Lei Federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e de acordo com o Convênio de Delegação celebrado entre Estado e União Federal em 15 de junho de 2007, e terá duração de vinte e cinco anos, a partir de 1º de junho de 2007, nos termos da Lei Federal nº 9.277, de 10 de maio de 1996. **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 7 de março de 2014. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **3.1. Apuração do Resultado:** As receitas, custos e despesas são registrados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **3.2. Caixa e Equivalente de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrado pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço, bem como contas garantidas. (Nota nº 4). **3.3 Ajuste a Valor Presente de Ativos:** Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Sociedade concluiu que o ajuste a valor presente de ativos monetários circulantes e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e não foram registrados, com exceção das obrigações contraídas em exercícios anteriores à 2012 com a DERSA Desenvolvimento Rodoviário S.A. os seus efeitos estão registrados no resultado na rubrica Despesas Financeiras. **3.4. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais destes instrumentos. Quando reconhecidos, inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando for aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Expressos em Reais)

	2013	2012
Lucro Líquido do Exercício	549.577	827.754
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	549.577	827.754
Resultado abrangente total, atribuído a:		
Participação dos Acionistas Controladores	549.577	827.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

podem ser classificados nas seguintes categorias: **1.) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados como (i) ativos financeiros a valor justo por meio de resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Sociedade determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do reconhecimento inicial. **2.) Passivos financeiros:** São classificados como passivos financeiros a valor justo por meio de resultado, empréstimos e financiamentos, ou derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do reconhecimento inicial. **3.5. Partes Relacionadas:** No curso normal de suas operações a Companhia contraiu obrigações com parte relacionada, destacando-se a cessão de empregados da DERSA. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificadas através da contabilização no Passivo Circulante e Não Circulante sendo que a dívida foi ajustada a valor presente. **3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social e Imposto de Renda Diferido:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre lucro tributável para contribuição social. **3.7. Provisões:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.8. Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro, são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço. As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **3.9. Imobilizado:** Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção e reduzido pela depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear com base na vida útil-econômica estimada dos bens (Nota nº 8). **3.10. Intangível:** As licenças de computadores e de sistemas de gestão são demonstradas ao custo de aquisição e tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro (Nota nº 9). **3.11. Provisão para recuperação de ativos - "impairment":** Tendo como objetivo definir procedimentos visando assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, anualmente esses ativos são revistos para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e caso existam evidências claras, a em-

dentre os 29 Portos analisados. Os investimentos realizados atenderam as especificações estabelecidas na Licença de Operação 908/2010, expedida pelo IBAMA para regularização do Porto Organizado, em 09/02/2010, na qual são apresentadas condicionantes para a realização das atividades de gestão e operações portuárias realizadas na área do Porto Organizado de São Sebastião. Em setembro foi realizada a segunda auditoria ambiental compulsória bianual, em atendimento a Lei 9.966/2000e Resolução CON-AMA 306/2002. Está sendo mantido o monitoramento ambiental nas áreas oceanográfica, biológica, geológica, de engenharia e química, que abrange as instalações do Porto e entorno, incluindo todo o Canal de São Sebastião. Ambientes como corérgos, manguezais, costões rochosos, praias, água e sedimentos marinhos fazem parte do escopo de monitoramento. Esse investimento caracteriza a postura de valorização das questões ambientais do Porto de São Sebastião no sentido de garantir a qualidade ambiental da área e de suas atividades portuárias. No presente exercício foram mantidas ainda, as ações de capacitação dos recursos humanos da comunidade portuária sebastianense, por meio do "Programa de Capacitação Integrada", oferecido pela empresa gratuitamente, a todos os funcionários ligados à Comunidade (Autoridade Portuária, Trabalhadores Portuários Avulsos e tomadores de serviços), com abrangência às áreas de gestão ambiental, saúde e segurança no ambiente portuário, entre outras. De igual forma, as ações fundamentais para o atendimento das condicionantes ligadas ao Plano de Emergência Individual – PEI (Lei 9966/2000, Res. CONAMA 398/2008) e o Plano de Controle de Emergências – PCE (NR – 29), foram intensificadas através da implantação do Centro de Atendimento a Emergências Ambientais no interior do Porto de São Sebastião, dotada de embarcações, viaturas e equipamentos para combate a incêndio, emergências químicas e vazamento de óleo no mar. Em 25 abril foi realizado o primeiro exercício simulado prático do Plano de Emergência Individual do Porto que foi acompanhado por avaliadores de diversas instituições (IBAMA, CETESB, Marinha do Brasil e Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Sebastião) que aprovaram o desempenho obtido. **Licença Prévia:** Em 17 de dezembro de 2013, a Companhia Docas de São Sebastião recebeu do IBAMA a Licença Prévia nº 474/2013 para as fases 1 e 2 do projeto de ampliação do Porto de São Sebastião que possibilita que sua área portuária passe dos atuais 400 mil m2 para 800 mil m2 de operações. O investimento previsto nesta etapa é de R\$ 2 bilhões de reais. Referida licença contempla obras importantes para o desenvolvimento portuário como a construção dos berços 2, 3 e 4. Cada berço terá 300 m de comprimento por 40 m de largura, profundidade mínima de 16 m e será destinado a navios de última geração com capacidade para até nove mil TEUS, que hoje não atracam em São Sebastião ou no Porto de Santos. Também será implantada uma Base de Apoio Offshore com 117.590 m2 que possibilitará a implantação de até 10 berços para embarcações de menor porte (supplyboat e rebocadores) voltados ao transporte de cargas e tripulações para as plataformas de petróleo. O pacote de obras inclui ainda a construção de um terminal multicargas em uma área de 252.229 m2 para operação de veículos e cargas gerais (que podem vir em contêineres ou não) como peças, carga de projeto, paletes entre outros. Por fim, será construído um portão de acesso mais moderno, interligado a nova chegada do contorno viário sul e com capacidade para estacionamento de caminhões que se destinam ao porto, sem que haja transtorno para o trânsito local.

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Expressos em Reais)

	Nota	2013	2012
Receita de Vendas		26.431.612	22.316.207
Receitas de Serviços Prestados			
Deduções da Receita Bruta			
(-) Impostos e Contrib. sobre Serv. Prestados		(3.553.178)	(3.144.962)
Receita Operacional Líquida		22.878.434	19.171.245
Custo de Serviços Prestados			
Custos Operacionais	17	(12.238.120)	(9.384.993)
Lucro Bruto		10.640.314	9.786.252
Despesas Operacionais		(9.617.026)	(7.779.729)
Despesas Administrativas	17	(9.437.707)	(7.633.939)
Despesas/Receitas Financeiras	18	(179.319)	(145.790)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL		1.023.288	2.006.523
IRPJ s/ Lucro do Período (15% e 10%)		(329.214)	(829.578)
CSLL s/ Lucro do Período (9%)		(144.497)	(349.191)
Trib. IRPJ e CSLL Sobre Lucro (15%+9%)		(473.711)	(1.178.769)
Lucro (Prejuízo) do Exercício		549.577	827.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Expressos em Reais)

	2013	2012
Atividades Operacionais		
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	549.577	827.754
(+) Depreciações e amortizações	2.311.855	1.208.826
(+) Despesas de Juros de Longo Prazo	342.144	419.581
(+) Provisão P/ Riscos Trabalhistas	380.335	1.192.086,96
(-) Ajustes a crédito no Ativo diferido AVP	-	-
(-) Créditos Fiscais Diferidos	-	-
	3.583.911	3.648.248
(Aumento) Redução em Contas a Receber	(1.245.778)	(652.839)
(Aumento) Redução em Tributos a Recuperar	(799.889)	(80.719)
(Aumento) Redução em Adiantamentos	38.499	(28.487)
(Aumento) Redução em Desp. Antecipadas	(40.864)	6.279
(Aumento) Redução em Deposito Judicial	(107.317)	(44.338)
(Aumento) Redução em Realiz. a Longo Prazo	117.169	279.353,00
(Aumento) Redução em Realiz. a Longo Prazo	-	(52.912)
Aumento (Redução) em Conv. Dersa (Circul.)	1.904.234	(942.465)
Aumento (Redução) em Fornecedores	4.008.356	68.565
Aumento (Red.) em Imp. e Contrib. a Recolher	277.327	186.043
Aumento (Redução) em Enc. Soc. a Recolher	(4.204)	46.581
Aumento (Redução) em Férias a Pagar	(155.633)	366.644
Aumento (Redução) em Contas a Pagar	(41.238)	92.430
Aumento (Redução) em Adiant. de Clientes	243.570	57.494
Aumento (Red.) em Vlr. a Devolver a Clientes	55.925	21,95
Aumento (Redução) em Verbas da União	4.400	232.020
	4.254.556	(466.329)
Caixa Líq. Gerado nas Ativ. Operacionais	7.838.469	3.181.919

Atividades de Investimento

Aquisição de Imobilizado (116.051.764) (23.973.398)
Aquisição de Intangível (10.764.458) (4.386.378)
Caixa Líq. Consumido nas Ativ. Invest. (126.816.222) (28.359.776)

Atividades de Financiamento

Aumento (Redução) em Dersa Convenio (1.044.001) (1.377.000)
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital 109.356.821 26.976.384
Capital Social Alteração 12.788.161 -
Juros S/ Capital Proprio - (70.768)
Caixa Líquido Proven. nas Ativ. de Financ. 121.100.981 25.528.616

Aumento (Red.) Líq. Saldo de Caixa e Equiv. **2.123.226 350.759**
Saldo de Caixa+Equiv. Caixa Início Exercício 2.633.877 2.283.118
Saldo de Caixa+Equiv. Caixa Final Exercício 4.757.105 2.633.877
Aumento Líquido de Caixa 2.123.228 350.759

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

presas reconhecidas a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. **3.12. Receita de Serviços Prestados e Cessão de Uso Onerosa:** a) Serviços: As receitas de prestação de serviços com Utilização da Infraestrutura do Acesso Aquaviário; Utilização das Instalações de Acostagem; Utilização da Infraestrutura Terrestre; Utilização das Instalações de Armazenagem são reconhecidas quando existe evidência confiável de que: i) os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. (b) Cessão de Uso Onerosa: As receitas estão reconhecidas com base no regime de competência, atualizadas quando aplicável e contratualmente exigido. **3.13. Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e obrigações legais são efetuadas tendo como base os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando em conta à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Sociedade, sempre que a perda for avaliada

como provável, o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados nas demonstrações financeiras. **3.14. Salários e Encargos:** Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. **3.15. Gastos Ambientais:** Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como Ativo Intangível do exercício, à medida de sua ocorrência. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão de riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia. **3.16. Impostos sobre receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas à incidência do Pasp - Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público, Cofins - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social e do ISS - Imposto sobre Serviço, pelo regime de competência. **3.17. Receitas e Despesas Financeiras:** As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e amortização de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pela reversão dos Ajustes a Valor Presente de passivos financeiros (Nota nº 19).

4. Caixa e Equivalente de Caixa

	2013	2012
Caixa Geral	649	234
Bancos Conta Movimento	1.002.342	21.647
Aplicação Financeira	3.754.114	2.611.877
	4.757.105	2.633.877

5. Clientes: Os valores das contas a receber estão avaliados pelo valor da prestação do serviço, descontados os tributos retidos na fonte e líquidos de provisão para perda. Não houve ajuste ao valor presente das contas a receber pelo fato das operações terem seu vencimento em 15 (dez) dias úteis, não havendo assim efeito relevante para sua evidencição.

6. Impostos a Recuperar

	2013	2012
IRRF	-	134
CSLL	-	132
IRPJ/CSLL	1.210.226	549.005
INSS	1.869	1.869
ISS	34.681	29.644
PIS/COFINS/CSLL	135.243	1.345
	1.382.019	582.129

7. Realizável a Longo Prazo

	2013	2012
Despesas Antecipadas	51.340	52.911
IRPJ S/ Prejuízo Fiscal	585.870	658.118
CSLL S/ Prejuízo Fiscal	351.522	394.871
	988.732	1.105.900

8. Imobilizado

	2013		2012	
	Tx. Anuais de Deprec.	Deprec. Acumul.	Líquido	Líquido
Drag. Corretiva	4% a.a.	2.247.474 (447.292)	1.800.182	1.874.676
Benf. Prop. Terc.	4% a.a.	3.151.394 (462.013)	2.689.381	2.647.783
Móveis e Utens.	10% a.a.	580.928 (224.010)	356.918	376.945
Instalações	10% a.a.	2.062.317 (451.901)	1.610.416	1.320.019
Máq. e Equip.	10% a.a.	3.984.075 (571.791)	3.412.284	2.463.174
Hardware	20% a.a.	1.661.891 (272.239)	1.389.652	39.550
Apar. de Som/ Vídeo/Imagem	10% a.a.	10.495 (5.152)	5.343	6.393
Copa e Cozinha	10% a.a.	3.244 (1.465)	1.779	2.104
Obras Terrapl.	4% a.a.	25.830.620 (1.345.022)	24.485.598	13.863.251
		39.532.439 (3.780.886)	35.751.553	22.593.895
Imob. em Andamento		114.213.339 -114.213.339	13.113.632	
		153.745.778 (3.780.886)	149.964.893	135.707.527

9. Intangível

	2013		2012	
	Tx. Anuais de Amort.	Amort. Acumul.	Líquido	Líquido
Lic. Uso (Software)	10% a.a.	7.376.194 (265.197)	7.110.997	267.036
Lic. Ambientais-L.O.	4%	10.726.988 (552.669)	10.174.319	6.771.277
Intangível em Andam.		809.421 -	809.421	
		18.912.603 (817.866)	18.094.736	8.047.734

10. Imóveis de Terceiros em Poder da Companhia Docas de São Sebastião: Os bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do Porto de

São Sebastião e utilizados na exploração das atividades operacionais da Companhia - objeto de levantamento físico, a cargo de comissão constituída conforme Portaria nº 209/2007-ANTAQ, de 19 de outubro de 2007, da ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - foram registrados em rubricas contábeis de compensação ativa e passiva, pois foram cedidos à Companhia, por força do Convênio de Delegação ao Estado de São Paulo. Todavia, a titularidade dos bens patrimoniais em referência continuará com a União. O valor total contabilizado dos bens foi de R\$ 44.484.682 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e dois reais). **11. Alienação de Máquinas, Equipamentos, Veículos, Móveis e Utensílios e Sucata:** Ocorreram 2 (dois) leilões, com bens da União sob a guarda e responsabilidade da Companhia, resultando uma arrecadação de R\$ 237.885 (duzentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e cinco reais). A desincorporação física e contábil dos referidos bens da União foi autorizada através da Resolução nº 1745/10, da ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários. **12. Partes Relacionadas:** A Companhia possui empregados cedidos pela acionista DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S/A, onde os gastos são integralmente repassados. As transações e saldos existentes dessas operações podem ser identificados através da contabilização no Passivo Circulante e Não Circulante. A dívida foi ajustada a valor presente.

	Adições/ 31.12.13	Baixas/ Transf. 6.053.818	31.12.12
Passivo Circulante	3.367.653	4.149.584	1.463.420
Passivo Não Circulante	1.410.079	342.590	1.044.446
	4.777.732	6.629.506	8.529.389

13. Fornecedores

	2013	2012
Fornecedores Imobilizado	5.409.136	1.319.046
Fornecedores Outros	190.085	271.819
	5.599.221	1.590.865

A Companhia trabalha com prazo médio de pagamento junto a seus fornecedores de aproximadamente 30 dias, motivo pelo qual o ajuste a valor presente foi considerado imaterial.

14. Tributos a Recolher

	2013	2012
IRPJ e CSLL	-	103.276
PASEP e COFINS	117.670	160.204
ISS	13.591	31.487
Impostos Retidos de Terceiros	550.877	110.024
	682.138	404.811

A Lei 11.941/09, além de alterar a Lei nº 6.404/76, instituiu o Regime Tributário de Transição ("RTT") para a apuração dos tributos incidentes sobre o lucro e a receita e obrigatório a partir do ano-calendário de 2010. A Sociedade não optou pelo RTT, que determina que para fins fiscais sejam mantidos os métodos e critérios contábeis utilizados pela legislação societária brasileira vigente até 31 de dezembro de 2007, uma vez que não foram adotadas práticas contábeis que pudessem gerar diferimento de imposto de renda e contribuição social. **Medida Provisória 627 e Instrução Normativa 1397:** A Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Medida entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014. A Administração da Companhia e os seus consultores jurídicos estão realizando uma avaliação das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11/11/2013 ("MP 627") e Instrução Normativa 1397 de 16/09/2013, alterada pela IN 1422 de 19/12/2013 ("IN 1397"), bem como vem acompanhando as emendas apresentadas ao texto até sua conversão em Lei, e os respectivos efeitos sobre a Companhia. Dessa forma, as alterações tributárias estão sendo mensuradas e a Companhia aguardará a conversão em Lei para aferição final dos impactos, se houver, em suas demonstrações, bem como sobre a decisão da opção antecipada a partir do ano-calendário de 2014. **15. Provisão para Riscos Trabalhistas:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões trabalhistas, a título de sucessora da atividade econômica da DERSA, no gerenciamento do Porto de São Sebastião. A Dersa foi operadora do Porto de São Sebastião até o final de 2007, quando a Companhia Docas assumiu as atividades, em conformidade com o Convênio de Delegação firmado entre a União e o Estado de São Paulo. Quando ainda era operadora, a Dersa passou a reestruturar suas atividades portuárias, restringindo a ações mais gerenciais, passando as atividades de movimentação de carga a serem realizadas por operadores portuários

Parecer do Conselho Fiscal

documentação atende às normas legais pertinentes refletindo a situação financeira e patrimonial da Companhia, recomendam sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade.

previamente cadastradas. Nesse sentido, em 2003 e 2004, a Dersa realizou as demissões imotivadas de vários empregados que estavam vinculados ao Porto de São Sebastião. Os ex-empregados ingressaram na Justiça Trabalhista e, em sua maioria, conseguiram reintegração em seus antigos postos de trabalho. As decisões judiciais somente ocorreram em 2010 e 2011, quando a Companhia Docas já detinha o gerenciamento do Porto e passou a ter que cumprir as determinações a título de sucessora da atividade econômica da empresa (gerenciamento do Porto de São Sebastião). Como a decisão pelas demissões foi tornada nula, o período de 6 a 7 anos em que estiveram afastados foi reconhecido como devidos a título de salários. Na elaboração de cálculos para esses casos, tendo em vista que a Companhia Docas passou a ter o quadro da Dersa cedido a partir de janeiro de 2008, consideramos que, em média, a DERSA é responsável por aproximadamente 70% destes valores, restando aproximadamente 30%, que deverá ser desembolso efetivo da Companhia Docas, para o que foi constituída a provisão para contingência no montante de R\$ 1.572.422 (um milhão quinhentos e setenta e dois mil quatrocentos e vinte e dois reais). **16. Capital Social:** Companhia possui Capital Autorizado da ordem de R\$ 180.000.000 (cento e oitenta milhões de reais), representado por ações ordinárias nominativas, sendo que R\$ 17.748.161 (dezesete milhões, setecentos e quarenta e oito mil, cento e sessenta e um reais) encontram-se integralizados. Os recursos financeiros recebidos pelo Acionista Majoritário "Fazenda do Estado de São Paulo", no montante de R\$ 149.121.367 (cento e quarenta e nove milhões, cento e vinte e um mil, trezentos e sessenta e sete reais), estão classificados como "Adiantamento para Futuro Aumento de Capital" composto conforme demonstrado abaixo:

Ano	R\$
2009	1.100.000
2010	5.000.000
2011	6.688.162
2012	26.976.384
2013	109.356.821
Total	149.121.367

17. Despesas Administrativas e Operacionais: Os gastos da Companhia no decorrer do ano estão evidenciados conforme quadro abaixo:

	Despesas Administrativas		Custos Operacionais	
	2013	2012	2013	2012
Pessoal e Encargos	6.401.362	5.669.530	820.439	645.779
Utilidades	503.791	452.968	584.572	697.542
Serviços de Terceiros	1.312.579	520.378	3.704.430	1.937.012
Deprec./Amortizações	381.606	227.673	1.988.696	2.114.201
Despesas com Ocupação	201.960	159.548	679	301
Cessão de Pessoal	613.588	573.462	4.805.165	4.365.356
Diversos	22.821	30.380	334.139	164.802
	9.437.707	7.633.939	12.238.120	9.384.993

18. Resultado Financeiro: As receitas financeiras são representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicação financeira e acordos de parcelamento com clientes. As despesas financeiras são substancialmente representadas pela reversão dos Ajustes a Valor Presente de passivos financeiros. O Resultado Financeiro da Companhia é evidenciado conforme quadro abaixo:

	2013	2012
Receitas Financeiras	515.672	341.537
Despesas Financeiras	(694.991)	(487.327)
Resultado Financeiro	(179.319)	(145.790)

19. Cobertura de Seguros: A Companhia possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. A cobertura foi contratada para cobrir eventuais sinistros envolvendo as instalações da Companhia situadas na região portuária de São Sebastião e na sede da Companhia em São Paulo. As apólices de seguros contemplam riscos contra incêndio, explosão e fumaça, danos elétricos, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves, perda de aluguel, subtração de bens, responsabilidade civil, quebra de vidros, lucros cessantes e danos morais. **20. Eventos Subsequentes: 20.1. Restos a Pagar:** Foram inscritos em "Restos a Pagar", pela Secretaria de Logística e Transportes, os recursos orçamentários referentes às dotações para subscrição de ações, no montante de R\$ 35.370.472 (trinta e cinco milhões, trezentos e setenta mil, quatrocentos e setenta e dois reais).

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Docas de São Sebastião, no exercício de suas atribuições, examinaram o Balanço Geral e demais documentos apensos ao mesmo, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, louvando-se no Parecer dos Auditores Independentes, e tendo constatado que a

documentação atende às normas legais pertinentes refletindo a situação financeira e patrimonial da Companhia, recomendam sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade. São Paulo, 24 de março de 2014.

Parecer do Conselho de Administração

de Conselho Fiscal, deliberaram que as referidas peças estão formalmente em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas da Sociedade.

São Paulo, 24 de março de 2014.

Os membros do Conselho de Administração da Companhia Docas de São Sebastião, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tomaram conhecimento do Relatório da Administração e das Contas da Diretoria, referentes ao exercício anual de 2013 e louvando-se no Parecer dos Auditores Independentes, bem como

Conselho de Administração

Saulo de Castro Barboza Filho

Presidente

Casemiro Tércio das Reis Lima Carvalho

João Germano Böttcher Filho

Roberto Yoshikazu Yamazaki

Relatório dos Auditores Independentes

com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contá-

beis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sem ressalva:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas de São Sebastião em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cujos valores são apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório dos auditores independentes, sem ressalva, datado 14 de fevereiro de 2013. São Paulo, 13 de março de 2014. **LCC Auditores Independentes - CRC N.º 2SP029650/O-4 - Marcello Lopes dos Santos - CRC N.º 1SP188429/O-0**

Conselho Fiscal

Marilda Anunciação Ferreira

Marta Regina Viscome Rodrigues

Sinélio Pires Ferreira

Reinaldo Aben-Athar

Samir Toledo da Silva

Newton Wagatsuma Vilhena Granado - CRC 1SP-253 319/O-0

Aos Administradores e Conselheiros da Companhia Docas de São Sebastião. Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Docas de São Sebastião, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia Docas de São Sebastião é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis

Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho
Diretor Presidente
Carlos Roberto Ruas Júnior
Diretor de Administração e Finanças
Alfredo Mariano Bricks
Diretor de Gestão Portuária